

Economistas da USP propõem choque já

Reviravolta na gestão das finanças públicas é o ponto central do programa de emergência

MARIA APARECIDA DAMASCO

Um grupo de treze professores da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP divulgou ontem uma proposta detalhada para combate à hiperinflação e retomada do crescimento. O trabalho, de oito páginas, resultado de três semanas de discussão dentro dos gabinetes da escola, foi solicitado pela Ordem e Conselho Regional de Economia de São Paulo — e recebeu a assinatura do próprio diretor da FEA e presidente da Ordem, Roberto Macedo, além de Joaquim Elói Cirne de Toledo, José Paulo Chahad, Guilherme Leite da Silva Dias e Eduardo Gianetti da Fonseca. Professores da Unicamp, Mackenzie e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) também entregaram à Ordem e ao Conselho sugestões de programas econômicos de emergência.

O documento do grupo da USP — “Para evitar a UTI, um programa social de emergência e de retomada do crescimento” — alerta sobre a iminência do desastre. E recomenda uma estratégia que começa com uma “reviravolta na gestão das finanças públicas” e vai até uma mudança na negociação externa, passando

por maior rigor na política monetária e creditícia, mais flexibilidade na política salarial etc. Medidas para “romper a inércia inflacionária” também são incluídas na receita.

Salário deve ficar livre. Lei, só para regular o mínimo.

não dá para fazer nada de concreto antes das eleições. “Tudo indica que o que nos separa do desastre se mede por meses”, avverte o documento. “Seria uma irresponsabilidade aguardar a eleição do novo presidente, que por si só não terá condições de resolver o impasse.”

Na avaliação dos professores da USP, são vários os sinais de que o País caminha para a hiperinflação. A taxa de julho — 28,76% — não justifica qualquer otimismo, pois não há a menor hipótese de estabilidade com uma inflação nesse nível. Trata-se, portanto, de combater a hiperinflação antes ou depois de ela se instalar — e, nesse último caso, o preço a pagar é muito mais alto, como demonstra a Argentina.

A virada na gestão das finanças públicas, segundo as sugestões contidas no programa, corresponderia a um “choque tarifário-monetário-fiscal” — com suspensão de todas as isenções e subsídios hoje existentes, à exce-